

Afif: Nova Carta colide com a Nação

Foto de Miriam Fichtner

Um boa semana de férias para os Constituintes

L. G. NASCIMENTO SILVA

A Assembléia Nacional Constituinte parou mesmo esta semana. O esforço do "racha" para a votação da duração do mandato do Presidente José Sarney como que esgotou as forças de nossos bravos Constituintes. E o afastamento do Deputado Ulysses Guimarães da Presidência da Assembléia, assumindo a Presidência interina na ausência do Presidente Sarney, afrouxou mais ainda o ânimo dos nossos legisladores. Será que essa pausa levou-os a uma revisão mais profunda sobre os trabalhos que vêm realizando?

Porque, na verdade, há muito o que rever. É que o texto constitucional que até agora foi votado é inviável numa grande parte de seus artigos. Tanto assim que eles próprios, Constituintes, já aprovaram um artigo que impõe a revisão constitucional dentro do prazo de cinco anos! Admite, não: impõe mesmo! Isso é inédito nos anais das várias Constituições no universo. Vá lá, tudo é válido nesse fértil campo de absurdos e incongruências.

Mas, será que não seria mais lógico que nossos pugnazes Constituintes, ao invés de postergarem essa revisão para o prazo de cinco anos, não a fizessem desde agora, com rigor e bom senso, no segundo turno de votação? Certamente que sim. Um dos pontos a serem revistos é, certamente, o da partilha dos poderes concedidos ao Legislativo e ao Executivo. A verdade é que, no afã de surrupiarem o Executivo um sem-número de atribuições, eles, Constituintes, transferiram para a competência do Legislativo inúmeras atribuições normalmente concedidas ao Executivo.

É assim que se consagrou na nova Carta uma excessiva transferência de impostos e taxas da União Federal para os Estados e Municípios, contrariando uma natural distribuição que se verifica nos países de organização federativa que, todos, conferem

maior poder tributário à União que, por sua vez, os aplica ou transfere para programas, realizações e obras nos territórios dos Estados-membro ou nos Municípios.

Mas, é na relação entre o Poder Executivo e o Legislativo que são maiores as inovações que transferem para esse último poderes e atribuições que naturalmente deveriam continuar no âmbito do Executivo. Assim, são injustificáveis as exigências de que o preenchimento de diversos cargos naturalmente da área do Executivo seja submetido à aprovação do Legislativo, como a Presidência do Banco Central, a indicação do Procurador Geral da República, que é o advogado da União Federal, vale dizer do Executivo, perante o Judiciário, e a escolha de dois terços dos Ministros do Tribunal de Contas da União, que é um órgão controlador da aplicação dos recursos fiscais, cujo exame será afinal submetido ao controle do Congresso Nacional.

São tantas as atribuições transferidas ou concedidas ao Congresso Nacional que não se vê bem como possa ele delas se desincumbir em tempo hábil. Haverá fatalmente um emperramento da máquina controladora do Congresso que se poderá refletir num caos na Administração do Estado. Isso sem falarmos na supressão do decreto-lei, que imporá ao Legislativo uma massa de legislação, em sua maioria de natureza meramente administrativa, e que exige presteza para sua entrada em vigor, o que não se coaduna com a natural lentidão da votação e aprovação das leis pelas duas Casas do Legislativo. Vamos pagar caro por essa decisão, que vai em contracorrente à orientação legislativa da quase totalidade dos sistemas constitucionais dos vários países que não mais submetem previamente ao Legislativo a aprovação de medidas necessárias às áreas tributária e administrativa.

Mas, é no campo dos direitos sociais que estão as maiores incongruências que geram grandes problemas para sua efetiva aplica-

ção. São inúmeros os dispositivos que criam reais dificuldades nas relações empregado-empregador, pelo exagero da cumulação de benefícios e vantagens. Assim a do décimo terceiro salário, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mais o seguro-desemprego, e ainda a garantia da relação do emprego contra despedida arbitrária. Também a limitação, em todos os casos, da jornada máxima em turnos ininterruptos de revezamento, isso mesmo para empresas com atividades ininterruptas, e tantos outros.

Parece-me que as relações capital-trabalho amadureceram já bastante em nosso país. Os sindicatos e associações de classe tanto evoluíram em seus acordos coletivos, as greves legais também concorrem para um melhor acerto dos interesses recíprocos, que a verdade é que não se protege melhor o trabalhador através de uma exagerada enumeração de vantagens, algumas delas conflitantes com outros preceitos. Não é assim, certamente, que se vai melhorar a condição de vida do trabalhador brasileiro. O exame das Constituições dos países que tiveram desenvolvimento econômico real e duradouro, a maioria dos quais não assegura em seus textos constitucionais, nem mesmo da legislação ordinária, nenhuma garantia trabalhista ou empregatícia, mostra bem que não será através de um exagerado e casuístico elenco de medidas de proteção inscrito numa Constituição que se dará a mais eficaz proteção ao trabalhador.

Enfim, estas e outras reflexões sobre o extenso anteprojeto de Constituição parece-me indicar a necessidade de uma revisão rigorosa já agora de seus preceitos.

Não será um prolixo texto que assegurará ao País a melhor Carta Constitucional. Não esqueçamos a sabedoria romana: **Pauca sed bona.**

O Deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), ao analisar ontem os rumos da Constituinte em um almoço com empresários na sede da Associação Comercial do Rio de Janeiro, disse que enquanto a União Soviética procura atrair o capital estrangeiro para investimentos, o texto da nova Constituição brasileira se revela xenófobo. Segundo o Deputado, o texto que está sendo elaborado colide "com os rumos da Nação", quando, na verdade, deveria alavancar o projeto da Nova República.

Na sua opinião, a Nova República se perdeu por falta de um projeto.

— O Governo só se mobilizou na hora de votar os cinco anos de mandato para o Presidente — acusou.

Para Afif, o processo de transição foi, dessa forma, substituído pelo de "transação" — com os grupos que já estavam no poder lutando para continuar; e os que estavam de fora, brigando para entrar.

— Hoje não sabemos o que é situação ou oposição, direita ou esquerda. Por falta de um projeto nacional as corporações tomaram conta da Constituinte instituindo a República do "quero o meu".

Avaliando o texto da nova Carta, Afif destacou alguns assuntos importantes que não foram suficientemente discutidos: educação, saúde e justiça, por exemplo. No primeiro caso, afirmou, a polémica se limitou à distribuição de verbas. No caso da saúde, a luta pelo caixa acabou impedindo a municipalização.

Mas no campo econômico, principalmente, destacou a presença de corporações cartoriais do empresariado nacional que, em sua opinião, utilizam a bandeira do nacionalismo para se contrapor a tudo o que está acontecendo no resto do mundo. E o confronto entre as corporações e o que o Deputado chamou de "Brasil real" vai se dar nas eleições.

Em todo o mundo, disse Afif Domingos, está se fazendo a revisão dos



Afif Domingues no Rio: 'Nova República se perdeu por falta de projeto'

Governos de força. Como exemplos, citou a URSS de Gorbachov, que está revendo Stálin; e Portugal de Cavaco Silva, que está reavaliando Salazar, entre outros.

— No Brasil, consagramos na Constituinte um modelo esgotado, que se sabe esgotado, pois foi aprovada a emenda que garante a revisão do texto dentro de cinco anos caso mais de 330 parlamentares assim o queiram — disse.

Mas para Afif, não será suficiente rever a Carta dentro de cinco anos.

— Acho que o processo deveria ser feito durante os próximos cinco anos.

Definindo o motivo de sua visita, ontem, ao Rio, o Deputado revelou a intenção de alertar as lideranças políticas do Estado para a necessidade de se elaborar um projeto nacional que independa de pessoas.

— Não podemos mais ficar confiando em salvadores da pátria.

Afif Domingos ressaltou a competência do Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, enfatizando o fato de ele ter saído do corpo técnico do Governo. Mas afirmou que neste mesmo corpo técnico existem muitas pessoas frustradas com o que está acontecendo no País. Para combater

o déficit público, por exemplo, Afif considera o Governo fraco:

— Na Nova República foram feitas de 50 mil a 60 mil nomeações. O apoio a novos Governadores exige um preço alto em matéria de verbas para a ação clientelista pois o produto é ruim. O problema do clientelismo é do modelo de centralismo de Estado perdulário e corrupto — disse.

Na opinião do Deputado, o Governo não consegue ter um plano de austeridade pois a Presidência da República possui muitos amigos e parentes. Subsídios e incentivos, que em sua opinião são responsáveis por grande parte do déficit, não foram mexidos. Medidas adotadas pelo Governo, como o congelamento da Unidade de Referência de Preços (URP), são paliativas e não curativas e visam apenas contornar um problema de caixa.

Com relação às últimas mudanças efetuadas pelo Governo, na área tributária e na política industrial, o Deputado se mostrou cético:

— A política industrial vai ficar a mesma coisa que já estava. Quanto ao Imposto de Renda, creio que a medida procurou muito mais a facilitação burocrática, descomplicando o sistema, do que a justiça tributária.

Deputado discorda da anistia para microempresas

Os microempresários e os agricultores estão tentando forçar, por meio da Constituinte, uma negociação com o Governo sobre as dívidas contraídas durante o Plano Cruzado — caminho que o Deputado Federal Guilherme Afif Domingos (PL-SP) não considera o melhor para resolver o problema. Segundo explicou, a Constituição não estará pronta e promulgada antes de novembro e os empresários não poderão aguardar uma solução até o fim do ano, o que tornará a medida nula.

As dívidas, na opinião do Deputado, não devem ser perdoadas porque muitos empresários pagaram seus compromissos com dificuldades e se sentiriam prejudicados. Mas ele sugere o congelamento da correção e o prolongamento de prazos para que

os débitos sejam quitados.

O Senador Roberto Campos (PDS-MT), também presente ao almoço na Associação Comercial, criticou a possibilidade de o Governo anistiar estas dívidas:

— Cria-se inclusive um problema jurídico, pois o Governo não pode decretar anistia para débitos de bancos estaduais e privados sem falar no ônus financeiro para o Tesouro Nacional e, consequentemente, para os contribuintes — afirmou.

Preocupado com o segundo turno de votação, Afif acha que a realização de eleições municipais este ano provocará o esvaziamento da Constituinte.

— Não passará um mês e teremos uma debandada — disse o Deputado, que propôs a intensificação dos tra-

balhos no plenário.

Quanto a candidatura à Prefeitura de São Paulo, disse que o projeto poderá ser abandonado:

— O meu compromisso, assumido nas urnas, é com a Constituinte. Abandonarei o projeto municipal se os trabalhos da Constituinte não se encerrarem.

Com a realização das eleições municipais este ano, Afif Domingos acredita que será muito difícil modificar qualquer decisão tomada no primeiro turno.

Para evitar o esvaziamento, Roberto Campos sugeriu que os constituintes concentrem as votações em determinados dias, mesmo estendendo os trabalhos de manhã à noite, para que a Constituinte fique pronta em 30 dias.